



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro





Farsul calcula dívida de produtores em R\$ 72,8 bi

Débitos com vencimento em 2025 somam R\$ 22,3 bilhões em operações de custeio e R\$ 5,41 bilhões para investimento

Claudio Medaglia, com agências claudiom@jcrs.com.br

A Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) divulgou nota técnica com dados atualizados sobre o endividamento dos produtores rurais do Estado. Com base em informações fornecidas por instituições financeiras e consolidadas até março de 2025, o estudo aponta um total de R\$ 72,8 bilhões em dívidas, somando valores renegociados e não renegociados.

Do total, R\$ 27,72 bilhões têm vencimento previsto para 2025, sendo R\$ 22,3 bilhões referentes a operações de custeio e R\$ 5,41 bilhões destinadas a investimento. A concentração de vencimentos no curto prazo representa cerca de 38% do total da dívida. Segundo a Farsul, essa concentração impõe pressão significativa sobre a liquidez dos produtores e exige atenção das instituições financeiras e do governo.

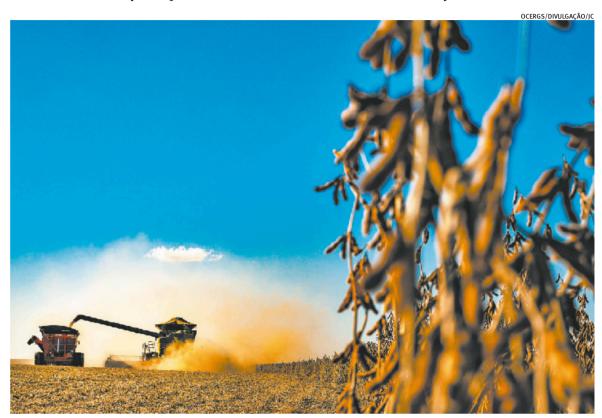
As dívidas não renegociadas representam a major parte do total, somando R\$ 50,5 bilhões. Destas, R\$ 49,96 bilhões ainda vencem no futuro. A distribuicão por tipo de produtor mostra que 37% do valor corresponde a operações do Pronaf (agricultura familiar), 23% ao Pronamp (médios produtores) e 40% aos chamados "demais produtores", que incluem os grandes estabelecimentos. Esse último grupo é também o que apresenta maior risco, com inadimplência de 2,9% - o triplo dos índices registrados entre agricultores familiares (0,8%) e médios produtores (0,9%).

O volume total de dívidas vencidas e não pagas entre os contratos não renegociados chega a R\$ 575,9 milhões. A inadimplência média deste grupo é de 1,1%, considerada baixa, mas já sinaliza pontos de estresse no sistema de crédito rural.

Já as dívidas renegociadas somam R\$ 22,2 bilhões. Desse montante, R\$ 21,6 bilhões ainda não venceram, sendo R\$ 5,49 bilhões previstos para 2025. A inadimplência média nessa categoria é mais elevada, de 3,1%, com destaque para os "demais produtores", que respondem por 79% dos contratos inadimplentes e acumulam R\$ 543,2 milhões em pagamentos em atraso.

O economista-chefe da Farsul, Antonio da Luz, alerta que a soma dos valores vencidos e não pagos - R\$ 1,26 bilhão - já é considerada alta para o período do ano e tende a crescer se nenhuma medida for adotada. "Ainda que parte dos produtores tenha colheita e consiga honrar os compromissos, muitos não terão essa condição. Por isso, defendemos medidas urgentes, como a securitização das dívidas, comecando pelos produtores já inadimplentes ou em risco iminente de inadimplência", afirmou.

A Farsul recomenda o monitoramento atento do setor financeiro e ações específicas por parte do governo para conter a deterioração do crédito rural no Estado, sobretudo diante do cenário de quebra de safra que tem impactado a capacidade de pa-



Federação da Agricultura do Estado vai elaborar estudo apontando caminhos para garantir recursos ao setor

gamento do campo gaúcho.

Ontem, em novo encontro virtual com técnicos do Ministério da Agricultura, a Farsul reforçou que as prorrogações das dívidas podem ajudar muito os produtores que tomam crédito controlado, com juros do Plano Safra. Entretanto, elas não contemplam aqueles que tomaram recursos livres e, sobretudo, os que têm adiamentos de anos anteriores, pagando juros de 2% a 3% mensais. A entidade ressaltou que também não são acolhidos os financiamentos em cooperativas, revendas e cerealistas que também operam em juros livres bancários. Os produtores inadimplentes igualmente não são contemplados pela medida e representam, na opinião da Farsul, a parcela cuja ajuda é mais urgente.

O Ministério se propôs a colaborar na construção de uma solução de securitização via recursos do Fundo Social e concorda com a necessidade de atender a parcela que não será contemplada pelas prorrogações. A Farsul assumiu o compromisso de construir tecnicamente todas as justificativas, apresentar os recursos e sugerir os caminhos legais, a partir do trabalho das Assessorias Econômicas e Jurídicas. O objetivo é que o trabalho esteja construído até o início da próxima semana.

"Vamos elaborar um estudo que demonstrará com clareza a origem dos recursos e como usá-los sem que o Tesouro Nacional gaste ou abra mão de um único centavo, ou seja, se o governo não fizer é porque realmente não quer e não porque não possa", declarou Antonio da Luz.

Por outro lado, a Federação entende que há, também, um componente político que precisa ser superado, o que exige uma mobilização muito forte. Isso dependerá de algumas votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, avalia a entidade.

